

A história (das mulheres) do rádio no Brasil - uma proposta de revisão do relato histórico¹

Juliana Gobbi BETTI²

Doutora

Valci ZUCULOTO³

Doutora

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

Resumo

Em diálogo com pesquisas anteriores (ZUCULOTO, 2016; BETTI, 2021), este artigo registra e discute a ausência das mulheres no conhecimento produzido sobre a história do rádio no Brasil. A partir dessa reflexão, apresenta uma proposta de revisão do relato histórico, incluindo o gênero como uma categoria de análise (SCOTT, 2019). Com base na realização de uma pesquisa que permita a releitura dos acontecimentos, busca o reconhecimento e a inclusão das mulheres que, por investigações *a priori* para a elaboração da proposta, já se percebe como valiosa, mas invisibilizada. Para justificar a necessidade e a própria proposta de revisão, o apoio veio de referenciais da história e da história específica da mídia.

Palavras-chave: História da Mídia Sonora; História do Rádio no Brasil; Mulheres no Rádio; Revisão Histórica; Gênero; Categoria de Análise.

Introdução

As mulheres participaram do desenvolvimento do rádio brasileiro desde a formação das primeiras emissoras. No entanto, pouco sabemos sobre como se deu tal participação, menos ainda sobre as contribuições femininas para a popularização ou para os processos de inovação que possibilitaram a constante renovação da relevância política e social do meio. De maneira geral, os registros mais detalhados estão centrados na área da música, em particular, na experiência protagonizada pelas cantoras que se destacaram como rainhas na chamada era de ouro do rádio. Sobre as demais profissionais - que comandaram programas diversos, atuaram na área do jornalismo ou que foram responsáveis pelos trabalhos de gestão e produção -, o que encontramos são, principalmente, vestígios de presença, ou seja,

¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Sonora, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

² Doutora e mestra em Jornalismo (PPGJOR/UFSC), pós-graduada em Filosofia e Direitos Humanos (PUCPR), graduada em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo (Metodista-SP). Integra o Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (Girafa/UFSC/CNPq). E-mail: jugobbibetti@gmail.com

³ Professora da Graduação e Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), jornalista (UFRGS), mestre e doutora (PUCRS), pós-doutora (ECO/UFRJ). Diretora Científica da Alcar. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Radiojornalismo (RadioJor/SBPJor). Integra a coordenação da Rede das Rádios Universitárias do Brasil (Rubra). Líder do Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (Girafa/UFSC/CNPq). Email: valzuculoto@hotmail.com

alguns nomes e informações dispersas que aparecem citados em obras memorialistas e acadêmicas que compõem a narrativa histórica predominante.

Essa ausência se configura e se mantém a partir de um conjunto de condições que inclui questões socioculturais e políticas, bem como o avanço lento na construção de um diálogo verdadeiramente interdisciplinar com os estudos históricos – considerando, por exemplo, que a emergência da História das Mulheres data do final da década de 1960 e que a discussão sobre a utilização do gênero como categoria analítica remete aos anos 1990 (SOIHET; PEDRO, 2007).

Embora possamos afirmar que a experiência feminina e as relações de gênero ainda não despertaram o interesse dos pesquisadores de rádio de forma mais significativa, não deixamos de registrar a existência de pesquisas que apresentaram um esforço de sistematização da participação histórica das mulheres. Neste sentido, destaca-se o pioneirismo de Tereza Cristina Tesser (1994) com a dissertação intitulada *De Passagem pelos nossos estúdios - A presença feminina nos vinte primeiros anos do Rádio, Rio de Janeiro e São Paulo*. Recorrendo à análise de notícias e entrevistas publicadas em revistas especializadas no universo radiofônico, a autora identifica e detalha a participação das mulheres na programação transmitida entre 1923 e 1943. Ainda que não traga descrições aprofundadas de cada programa, trata-se de um levantamento inédito, que inclui os segmentos feminino, infantil, ficcional, humorístico e musical.

Além disso, a relevância do trabalho de Tesser (1994) se torna ainda mais notória pelo fato de que somente duas décadas e meia depois, na dissertação de Ediane Teles de Mattos (2019), vamos encontrar novamente um estudo mais amplo, ainda que tematicamente demarcado, sobre a atuação feminina no rádio brasileiro com um enfoque historiográfico. Mattos (2019) direciona o olhar para o radiojornalismo catarinense, utilizando procedimentos da análise documental e entrevistas para investigar a trajetória profissional das mulheres e sua participação na cobertura esportiva no período que vai desde os primeiros anos do rádio até a atualidade. Deste modo, sua abordagem mantém uma delimitação geográfica enquanto expande o marco temporal.

Há outras produções que distinguiram o feminino na perspectiva histórica como parte de um estudo mais abrangente. Entre os exemplos podemos citar: a dissertação de Izani Mustafá (2009), que discorre sobre a participação das mulheres também com foco na radiofonia catarinense, mas analisando, em particular, personalidades do quadro da Rádio Difusora AM (ZYA-5), no período das décadas de 1940 a 1960; a dissertação de Claudia

Figueiredo Modesto (2012), que contextualiza a relação histórica das mulheres com o rádio para compreender a construção da identidade feminina nas narrativas radiofônicas de emissoras ligadas à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD); e a tese de Juliana Gobbi Betti (2021), co-autora desse artigo, que possui um capítulo dedicado a recuperar a memória sobre o que foi produzido por e para as mulheres no rádio brasileiro, apresentando um inventário com mais de 70 programas que integraram tal segmento ao longo das décadas.

Outras pesquisadoras, como Celsina Alves Favorito (1989), Helena Corazza (1999) e Ana Maria da Conceição Veloso (2005), abordaram diferentes questões que perpassam a relação das mulheres com o rádio, mas não se detiveram na perspectiva histórica de forma mais centrada. Ademais, observa-se que em eventos, publicações científicas e trabalhos de conclusão de curso é possível encontrar exemplos pontuais de pesquisas que buscam identificar e analisar a presença feminina, principalmente, no âmbito das emissoras locais (por exemplo: SCHUSTER; PEDRAZZI, 2008; SILVA, 2012).

Conforme anteriormente mencionado, a não regularidade e a inexistência de estudos mais abrangentes sobre as profissionais femininas e suas contribuições para desenvolvimento histórico do rádio brasileiro vêm acarretando um processo de exclusão e apagamento. Isso porque a ausência do relato se estende e se consolida como uma ausência da própria história. Nos termos de Michelle Perrot (2017, p. 16), é como se as mulheres “estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento”. Logo, é urgente revertermos esse cenário.

O que defendemos, no entanto, não é apenas a escrita de uma história das mulheres no rádio. Esse enfoque certamente nos ajudaria a preencher algumas das lacunas existentes, mas manteria as mulheres à margem, como se sua participação tivesse acontecido de forma paralela, alienada da história “oficial”. Ao propor a realização desta pesquisa, o que buscamos é a revisão do relato histórico. Compreende-se aqui o termo revisão em sua significação mais ampla e, ao mesmo tempo, mais radical, que se refere ao ato de rever, de realizar uma nova leitura. Não se trata necessariamente de uma correção, tampouco do descarte do conhecimento já produzido, mas de sua ampliação. Assim, com base no reexame dos diversos registros e a partir da integração de novos documentos até então desconhecidos ou desconsiderados, propomos uma releitura crítica dos acontecimentos tendo o gênero como uma categoria de análise (SCOTT, 2019). Com isso, almejamos a

construção de novos conhecimentos, bem como o reconhecimento e a inclusão das mulheres no relato histórico.

Nesta perspectiva investigativa, entendemos a história sempre como processo, que se engendra em fluxo contínuo (BARBEIRO, 2010), englobando tanto as continuidades quanto as rupturas. Por conseguinte, igualmente compreendemos que os estudos históricos precisam proceder a constantes revisões, considerando os novos questionamentos e perspectivas que advêm da contínua transformação das relações sociais. Tais concepções dialogam com a linha de trabalho que vem sendo desenvolvida pelos principais pesquisadores e pesquisadoras da história da mídia, conforme se evidencia nas reflexões de Marialva Barbosa (2017; 2019).

As temáticas e as problemáticas no âmbito dos estudos da comunicação enfocam, assim, processos inacabados de um tempo ultraveloz que colocam em cena, sem cessar, novos cenários, os quais, sob a égide de transformações tecnológicas, prefiguram um novo tempo, mas que, a rigor, repetem lógicas culturais de momentos imediatamente precedentes. Exige-se que se viva a transformação a cada instante, quando na realidade os aparatos apresentados fazem parte de uma mesma cadeia de significação que referenda a ultravelocidade e a instantaneidade, que não permite pausas e reflexões capazes de produzir interpretações duradouras sobre esse tempo que, sem outro qualificativo melhor, denominamos contemporâneo (BARBOSA, 2019, p. 17).

Fundamentadas nestes e em outros referenciais de orientações para estudos históricos, ainda compreendemos que um projeto desse porte deve ser empreendido de forma coletiva, desenvolvendo-se a partir do diálogo entre pesquisadores de variadas localidades do país. Neste sentido, o presente artigo cumpre o papel de delinear uma proposta teórico-metodológica que impulse a discussão sobre a temática, agregando uma base comum. Para isso, debate inserção das mulheres e das relações de gênero na História, a utilização de gênero como uma categoria de análise e busca estruturar um conjunto de procedimentos-guia.

As mulheres e as relações de gênero na história

Em diversas áreas o sujeito masculino já foi considerado universal, por conseguinte, entendia-se que a sua experiência contemplava não apenas o coletivo, mas aquilo que era verdadeiro e/ou significativo. Quaisquer demandas sobre a inclusão do feminino eram combatidas ou ignoradas, como podemos observar no início do processo de constituição dos direitos fundamentais e, com raríssimas exceções, na própria estruturação do espaço

público. No entanto, nem toda experiência masculina era realmente validada, em geral, reconhecendo-se aquela que legitimava o poder e resguardava os interesses de um grupo de homens caracterizados, majoritariamente, como: brancos, proprietários, heterossexuais, cristãos e europeus (colonizadores). Logo, foi também a partir da perspectiva desses indivíduos que a história dos feitos e acontecimentos políticos, econômicos, culturais e sociais foi sendo registrada, desconsiderando a interpretação e, muitas vezes, invisibilizando a existência de outros grupos. E, assim, seu relato histórico se tornou hegemônico, proclamando-se único e verdadeiro.

Foram as transformações promovidas no âmbito do movimento conhecido como escola dos Annales que abriram caminho para que a aparente neutralidade, que amparava a legitimação daquele sujeito universal, fosse contestada nos estudos históricos. Conforme explicam Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007, p. 284),

[...] observa-se, ainda, a partir da década de 1920, a emergência do grupo dos Annales, representado por Marc Bloch e Lucien Febvre. Diversamente da historiografia vigente, direcionam seu interesse para a história de seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano, ao invés de se ater a uma racionalidade universal. À medida que a tradição historiográfica dos Annales propunha ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns, ela contribuiu para que as mulheres, posteriormente, fossem incorporadas à historiografia.

No entanto, não sendo o campo acadêmico apartado da sociedade, recorreremos às considerações de Ana Maria Colling (2004, p. 41) para lembrarmos que “é o olhar que faz a história. A história somente responde as perguntas que nós formulamos”. Ainda, pressupondo que a consciência do sujeito, neste caso pesquisadores/as, é temporalizada e vai se desenvolver na dialética mudança-estabilidade que caracteriza toda estrutura social, como nos ensina Paulo Freire (2018), podemos distinguir também a relevância dos movimentos sociais, em especial do feminismo, para a constituição desta nova perspectiva.

Como afirma Michelle Perrot (2017, p. 15), “o desenvolvimento da história das mulheres acompanha em surdina o movimento das mulheres em direção à emancipação e à liberação. Trata-se da tradução e do efeito de uma tomada de consciência ainda mais vasta: a da dimensão sexuada da sociedade e da história”. Em complemento, a autora identifica fatores científicos, sociológicos e políticos que contribuíram para o advento destes estudos, entre os quais inclui a ascensão das mulheres ao ambiente universitário. Perrot (2017) aponta uma feminização que teria sido impulsionada no contexto pós-guerra, gerando seus

primeiros frutos entre os anos 1960 e 1970, em meio “à crise dos sistemas de pensamento (marxismo, estruturalismo), à modificação das alianças disciplinares e à proeminência da subjetividade” (PERROT, 2017, p. 19). A crise do pensamento marxista a que a autora se refere é descrita por Soihet e Pedro (2007, p. 285) como o engajamento de correntes revisionistas com a história social, “cuja preocupação incide sobre as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, até então excluídos do interesse da história: operários, camponeses, escravos, pessoas comuns”. Seguindo nessa perspectiva, Margareth Rago (1995, p. 82) detalha que

é inegável que a produção historiográfica sobre as mulheres toma como ponto de partida uma referência teórico-metodológica assentada nas premissas epistemológicas da história social, fortemente marcada pelo marxismo. Assim, a partir da década de 1970, quando sociólogas, antropólogas e historiadoras procuraram encontrar os rastros da presença das mulheres no cotidiano da vida social, desponta toda uma preocupação em identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre elas. Especialmente valorizadas foram a temática do ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a denúncia das formas perversas desta integração. As péssimas condições de trabalho, os salários inferiores aos dos homens, o assédio sexual, as inúmeras formas da violência machista foram temas que ocuparam as páginas das obras que se dedicaram à mulher trabalhadora e que acabaram por identificá-la como produto das determinações econômicas e sociais, vítima das injunções do sistema, dando pouco destaque à sua dimensão de sujeito histórico, consciente e atuante.

Rago (1995, p. 86) reconhece que “[...] ao retirar as mulheres do silêncio produzido por um discurso historiográfico centrado no homem, a história social das mulheres conflui com as demandas do feminismo que buscava uma maior visibilidade no espaço público [...]”. No entanto, aprofunda a questão, evocando as contribuições alinhadas ao desenvolvimento da história cultural para discutir a crítica às limitações inerentes ao objeto “mulheres” e o advento da categoria gênero.

A despeito das discussões entre as teóricas do feminismo em torno de uma definição precisa do gênero, é evidente a preocupação em evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, para trabalhar com relações e perceber por meio de que procedimentos simbólicos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder nossas referências culturais são sexualmente produzidas. É nesse sentido que os novos estudos feministas se aproximam da história cultural (RAGO, 1995, p. 88).

De acordo com Joan Scott (2019, p. 52), a ampliação dos estudos sobre a história das mulheres revelou a necessidade de formulações teóricas que pudessem “explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das desigualdades persistentes, mas também das experiências sociais radicalmente diferentes”. Neste sentido, a autora compreende que o desafio teórico colocado “exige a análise não só da relação entre as experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais” (SCOTT, 2019, p. 52). É com esta perspectiva que ela propõe pensar gênero como uma categoria de análise.

Gênero como categoria de análise

Observando que a abordagem descritiva, comum entre historiadores/as, não seria suficiente para validar teoricamente os estudos sobre a mulher, Scott (2019) afirma que havia uma defasagem entre a alta qualidade dos estudos e seu estatuto na disciplina, de modo que a história das mulheres permanecia à margem:

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas dessas teorias construíram a sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda preocuparam-se com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como o meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos, não tinha aparecido. [...]. O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens (SCOTT, 2019, p. 65).

Na leitura de Colling (2004, p. 39), “a história de gênero tenta introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada”. Firmando diálogo, compreendemos que a história deve ser analisada considerando o contexto que caracteriza cada fenômeno pesquisado e que o desenvolvimento dos meios de comunicação social, como o rádio, é influenciado também por relações sociais demarcadas pelas configurações de feminino e masculino.

Registra-se que Maria Beatriz Roquette-Pinto atuou como locutora na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, emissora de seu pai Edgard Roquette-Pinto, desde o início das transmissões, em 1923, tendo exercido diferentes cargos e funções ao longo dos anos

(TAVARES, 2014). Considerando seu pioneirismo, ressalta-se que quando as mulheres começaram a trabalhar no rádio a sua inserção na vida pública era mínima, não sendo nem consideradas cidadãs de fato já que não tinham nem direito ao voto. Igualmente, “o exercício das liberdades individuais era bastante restrito, pois a mulher não era concebida na legislação como sujeito autônomo, de forma que ela deveria ser tutelada pelo homem tal qual a criança” (BETTI, 2021, p. 68).

Embora nas décadas seguintes os direitos das mulheres e a presença feminina nas rádios tenham aumentado significativamente, por muitos anos a sua atuação continuou direcionada pela imposição de restrições, principalmente de cunho moral, e pela falta de reconhecimento de sua legitimidade e de sua competência para trabalhar com determinados temas. Os espaços de maior relevância política, como os noticiários, por exemplo, eram liderados pelos homens. Essas observações indicam que, para efetivamente compreendermos os processos que configuraram historicamente o desenvolvimento do rádio e a sua inserção política e cultural na sociedade brasileira, é preciso aprofundar as análises, superando o reducionismo que se impõe, em particular, no enfoque exclusivamente tecnológico.

Neste sentido, ao elegermos gênero como uma categoria orientadora da análise para a presente proposta de pesquisa, igualmente levamos em conta outros apontamentos que amparam a conceituação de Scott (2019). Para a autora, a “definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes”, sendo “ligadas entre si”, mas que “deveriam ser analiticamente distintas”. De modo que, “[...] o núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 2019, p. 67).

[...] Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder. [...] O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os(as) historiadores(as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 2019, p. 70-71).

Neste foco da discussão, a percepção de Scott inclusive corrobora a necessidade da revisão do relato histórico sobre a presença e ausência das mulheres na constituição da trajetória do rádio brasileiro. “Temos que nos perguntar mais frequentemente como as coisas aconteceram para descobrir porque elas aconteceram”, argumenta a pesquisadora. (SCOTT, 2019, p. 66)

Salienta-se que, seguindo a própria evolução dos estudos feministas, toda a discussão estabelecida até aqui parte do pressuposto de que gênero é inerente a outras categorias, tais como classe e raça. Portanto, não pode ser analisado sem que consideremos sua interseccionalidade com outros marcadores sociais da diferença.

Uma proposta metodológica em construção

Este artigo ampara um projeto abrangente e ainda em fase inicial. Portanto, não cabe aqui definir detalhadamente os procedimentos e estratégias metodológicas, mas estabelecer uma estrutura que permita a compreensão e o posterior desenvolvimento de cada etapa. Esta estrutura não deve impor um roteiro fechado, mas se constituir como um guia que possa ser adaptado ao contexto pesquisado e à realidade dos pesquisadores envolvidos.

Considerando a falta de informações anteriormente apontada, a primeira etapa proposta neste projeto consiste na realização de um amplo levantamento da presença feminina no universo radiofônico e na sistematização desses dados. Inicialmente, propõe-se que essa fase contemple três linhas, a saber:

- Experiências pioneiras: buscando identificar as mulheres que foram pioneiras em sua atuação nas diversas áreas do rádio. Assim, interessa-nos conhecer quem foram as primeiras locutoras, repórteres, produtoras, gestoras, etc., considerando a diferente periodização que reflete as realidades locais e regionais;
- Experiências consolidadas: buscando integrar as figuras femininas que se destacaram por sua atuação de sucesso, entre as quais estão, por exemplo, aquelas que comandaram produções de grande audiência ou que construíram uma carreira longa;
- Experiências inovadoras: abordando a contribuição das mulheres para a renovação da programação, dos processos e rotinas de produção, incluindo atuações que podem ser consideradas inovadoras tanto pelo modo de fazer quanto pelo conteúdo;

Como procedimento-guia, indica-se a realização de pesquisa bibliográfica e documental, combinada com entrevistas em profundidade sempre que possível. Neste sentido, vale salientar a importância da revisão de periódicos e publicações especializadas,

documentos institucionais e acervos fotográficos e sonoros. O conjunto de dados proveniente desse processo complementa e, por vezes, retifica as informações obtidas nas entrevistas, além de estimular a memória. Sugere-se que esse material resultante dessa primeira etapa seja organizado em formato enciclopédico, permitindo a construção de um amplo panorama que poderá fomentar a continuidade da pesquisa.⁴

Em sua segunda etapa, a pesquisa avançará para a realização de estudos mais aprofundados, que possam contextualizar cada realidade e analisar as relações estabelecidas entre as profissionais do rádio, seu trabalho e o *status* social da mulher no período (observando o progresso nos seus direitos, os papéis sociais que lhe são atribuídos, bem como as restrições e cobranças morais, etc.).

Por fim, a terceira etapa seria mais aberta, incentivando estudos que considerem a atuação das mulheres nos diferentes momentos históricos do rádio pelo Brasil, incluindo temas de interesse mais diversos, tais como a atuação das mulheres no meio: durante a Ditadura Militar; nas emissoras comunitárias; na gestão, chefia e direção de emissoras; no jornalismo especializado (esportes, policial, política...); na criação e liderança das emissoras universitárias; na produção de programas com perspectiva de gênero.

Embora os procedimentos-guia anteriormente sugeridos possam continuar a orientar a realização dos estudos também nessa fase, compreende-se a possível necessidade de uma adequação mais direta ao objeto de cada estudo. Espera-se que os resultados parciais desse trabalho possam ser divulgados em eventos, compondo ao final uma publicação conjunta.

Considerações finais

A pretensa universalidade do relato histórico ainda ampara a hegemonia masculina em diversas disciplinas. Entretanto, como vimos, seu questionamento já se deu em diferentes momentos, algumas vezes assumindo contornos mais pragmáticos, outras se configurando mais restritamente no âmbito da construção teórica. Em quaisquer dos casos, embora tenha alcançado certo reconhecimento, a contestação do *status quo* pela reivindicação da presença não foi suficiente para provocar rupturas que pudessem garantir a efetiva inclusão da perspectiva e das contribuições de sujeitos diversos. Neste sentido, observa-se que o complexo diálogo entre a igualdade e a diferença vem avançando em um processo não linear e que ainda não foi concluído. Configura-se, deste modo, como um campo de constantes disputas.

⁴ Essa proposição tem como referência outras produções conjuntas, entre as quais se destaca a obra *Panorama do Rádio no Brasil*, organizada por Nair Prata (2011).

Objetivamos neste artigo evidenciar a necessidade de aproximar essa discussão dos estudos radiofônicos, apresentando as bases iniciais de um projeto a ser aperfeiçoado e empreendido de forma coletiva. Acreditamos que a inclusão das mulheres no relato histórico da trajetória do rádio no Brasil e o reconhecimento de suas contribuições para o desenvolvimento deste percurso, ao longo das décadas e em cada contexto regional, promoverão uma melhor compreensão da relevância social do meio. Igualmente, possibilitarão estabelecermos novas descobertas e relações a partir da revisão crítica do conhecimento já produzido e de suas potenciais fontes, descentralizando a perspectiva hegemônica e valorizando outros sujeitos que tomaram parte nos processos.

REFERÊNCIAS

- BARBEIRO, Heródoto. **A História é um fluxo**. Revista da Cultura/Livraria Cultura, São Paulo, edição 40, p. 31, nov. 2010.
- BARBOSA, Marialva Carlos (org.). **Os manuscritos do Brasil** – Uma rede de textos no longo século XIX. Niterói-RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense – EDUFF, 2017.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação, história e memória: diálogos possíveis. **MATRIZES**, 13(1), v.13, p. 13-25, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/157646> Acesso em jul 2021.
- BETTI, Juliana Cristina Gobbi. **Informação crítico-emancipatória com perspectiva de gênero: os direitos das mulheres em programas radiofônicos femininos**. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- COLLING, Ana Maria. Gênero e História: um diálogo possível? **Contexto e Educação**, ano 19, n. 71/72, p. 29-43, jan/dez 2004
- CORAZZA, Helena. **Comunicação e relações de gênero em práticas radiofônicas da Igreja Católica no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina; MESSA, Márcia. Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil. In: ESCOSTEGUY, A. C. (orgs) **Comunicação e Gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Comunicação e Gênero no Brasil: discutindo a relação. **Revista ECO-Pós**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 103–138, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27643. Acesso em: 05 jul. 2021.
- FAVORITO, Celsina Alves. **Deus no Céu e o rádio na terra: papel do rádio junto a mulheres rurais de Pitanga**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, [s.p], 2016.

MATOS, Ediane Teles. **A trajetória das profissionais mulheres no radiojornalismo esportivo em Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

MODESTO, Claudia Figueiredo. **A identidade feminina na mídia neopentecostal do reino de Deus: narrativas eletrônicas de conversão**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012

MUSTAFÁ, Izani. **Alô, alô, Joinville! Está no ar a rádio difusora! A radiodifusão em Joinville/SC (1941-1961)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. *In*: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

SILVA, Manoela Mayrink. **As donas do dial: a trajetória da mulher no rádio do Rio de Janeiro**. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) - Universidade Federal Fluminense, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. São Paulo: Bazar do tempo, 2019.

SOIHET Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SCHUSTER, Aline Josiane; PEDRAZZI, Fernanda Kieling. Mulheres no rádio: uma investigação sobre a presença feminina nos microfones das rádios de Frederico Westphalen. *In*: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 9, 2008, Guarapuava. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2008.

TESSER, Tereza Cristina. **De passagem pelos estúdios: A presença feminina no início do rádio no Rio de Janeiro e São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

VELOSO, Ana Maria da Conceição. **O fenômeno rádio mulher: comunicação e gênero nas ondas de rádio**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. A história do campo acadêmico do rádio no Brasil: registros referenciais para uma proposta de roteiro de percurso. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 39, 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2016